

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.640.661 - RS (2019/0375040-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ANA DIRCE TOME**  
**ADVOGADOS : JANE CRISTINA FERREIRA - RS049135**  
**MARCEL HEITOR GARBIN PEREIRA - RS086411**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ANA DIRCE TOME contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

TRIBUTÁRIO MANDADO DE SEGURANÇA TRANSPORTE  
DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS  
DA PROPORCIONALIDADE E DA INSIGNIFICÂNCIA  
INOCORRÊNCIA MANUTENÇÃO DA PENA DE PERDIMENTO

Quanto à primeira controvérsia, a recorrente alega violação do art. 104, V, do Decreto-Lei n. 37/1966 e do art. 688, V, e § 2º, do Decreto n. 6.759/09, sustentando, em síntese, ser indevida a sua responsabilização com a pena de perdimento de veículo, uma vez que não concorreu de nenhuma forma para o ilícito fiscal, trazendo os seguintes argumentos:

Contudo, ao contrário do entendimento fundamentado no acórdão recorrido, para que seja aplicada a sanção de apreensão ou retenção do veículo, devem estar configurados fortes indícios que apontem para o ilícito, ainda mais se levado em conta que, para se dar o perdimento do veículo que transportava mercadorias contrabandeadas ou descaminhadas, deve estar comprovado ser o proprietário do veículo também proprietário das mercadorias de procedência estrangeira ou haver prova de que o proprietário concorreu para a prática da infração, seja com dolo ou culpa in eligendo ou in vigilando, consoante a Súmula 138 do antigo Tribunal Federal de Recursos:

Observe-se que a boa-fé a ser aferida da Recorrente não deveria ter se limitado apenas à verificação da sua participação efetiva na viagem (ter estado no banco do carona); ao invés, vai mais além, impõe-se que seja avaliado o comportamento do proprietário do veículo desde antes da viagem.

Contudo, nenhum critério além da presença da Recorrente no interior do veículo foi levado em consideração para atribuir-lhe o dolo da conduta

imputada e que resultou na manutenção da pena de perdimento do seu único bem (fl. 376/378)

Quanto à segunda controvérsia, sustenta que deve ser aplicado ao caso concreto o princípio da insignificância.

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, o recorrente alega que (fl. 383):

O presente Recurso Especial também merece conhecimento e provimento em razão da jurisprudência divergente identificada entre a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da Quarta Região, tribunal recorrido, e do Recurso Especial 1.814.692, relatora a ministra ASSUSTE MAGALHÃES, interposto pela FAZENDA NACIONAL, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, o acórdão recorrido decidiu que (fl. 319):

Assim, é incontestado a participação da autora, proprietária do veículo, na concretização do ilícito, na medida em que forneceu o veículo para transporte das mercadorias, estando, inclusive, presente no momento da autuação.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ademais, não é cabível o recurso especial porque fundado na violação de dispositivos contidos em decreto. Com efeito, esse ato normativo não está compreendido

no conceito de lei federal.

Nesse sentido: “É assente nesta Corte que o comando legal inserido em decreto não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza a discussão quanto à sua inteligência em recurso especial (AgInt no AREsp 994.840/RJ, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 6/4/2017, DJe de 19/4/2017).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1155590/DF, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe de 7/12/2018; e AgRg no REsp 1384034/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 17/3/2016, DJe de 29/3/2016.

Quanto à segunda controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "Impossível o conhecimento do recurso pela alínea 'a'. Isto porque não há na petição do recurso especial a clara indicação dos dispositivos legais que se entende por violados. A citação de passagem de artigos de lei não é suficiente para caracterizar e demonstrar a contrariedade a lei federal, já que impossível identificar se o foram citados meramente a título argumentativo ou invocados como núcleo do recurso especial interposto" (AgInt no REsp n. 1.615.830/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 11/6/2018).

Por fim, quanto à terceira controvérsia, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a

# *Superior Tribunal de Justiça*

incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente